

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Correio de Paraíba

Class.: POR 00154

Data: 03.08.90

Pg.: 1

Despacho judicial favorece os índios

Com apoio de um despacho judicial que revogava uma liminar anterior, 100 índios potiguaras retiraram a placa indicativa do loteamento Jardim Sinimbu, em Bafa da Traição, a 72 km de João Pessoa. A polêmica do loteamento em terras indígenas durou 15 dias e só ontem obteve um desfecho parcial em favor dos índios, mediante despacho do juiz de Rio Tinto, Miguel de Brito Lyra. A ação judicial que irá deliberar sobre a legalidade ou não do loteamento foi transferida para a alçada da Justiça Federal, vez que a grilagem de terras promovida por Erasmo de Almeida Castro, abrange setores de domínio indígena da União e as dunas e alagados que a lei considera área de preservação permanente.

- Os índios defenderam a legitimidade de seu patrimônio e a decisão judicial foi benéfica

por impedir que pessoas incautas sejam enganadas, adquirindo terrenos cuja posse não poderão usufruir", informou a bióloga Paula Frassinete, presidente da Apan, que denunciou a irregularidade do loteamento à Procuradoria Geral da República. Jaêmio Carneiro, presidente da Fundação Universo e Vida, revelou que os potiguaras comportam-se com diplomacia ao obedecerem às determinações judiciais, não apelando nenhuma das vezes para a violência.

Os potiguaras ensaiaram represálias contra os donos do loteamento e até ameaçaram destruir a placa e a cerca erigidas no Jardim Sinimbu, área nobre de Bafa da Traição, onde a venda de um lote de 10x20m já era oferecida pelo preço mínimo de Cr\$ 80 mil. Mas foram contidos pelo cacique João Batista Faustino, que preferiu aguardar a decisão da Justiça, mesmo contra-

riando outros líderes indígenas, que optaram pela retaliação. Prevaleceu o bom senso e nenhuma das partes envolvidas no litígio manifestou-se pela luta armada.

- Este não é um caso fácil e eu aconselho calma a todos, já que o problema está entregue à Justiça", ponderou o juiz de Rio Tinto, Miguel de Brito Lyra Filho, ao conversar com os líderes potiguara e dois advogados da Funai. Minutos depois, Lyra despachou ordem a dois oficiais de Justiça para a retirada da placa do loteamento, por reconhecer "que a área em questão situa-se em terreno de domínio do Governo Federal". Na retirada da placa, os oficiais de Justiça foram auxiliados por 100 remanescentes potiguaras, que montavam uma vigília no Fórum de Rio Tinto desde às 9h da manhã.